

A discriminação racial (des) mascarada: análise discursiva do romance *O Presidente Negro* de Monteiro Lobato¹

Hellen Cordeiro Alves Marquezini, Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes e Flávia Pereira Dias Menezes

RESUMO

A raça negra no Brasil é historicamente marcada pela discriminação, desvalorização e desrespeito. Tal realidade é reforçada por produtos culturais midiáticos que definem os estereótipos que depreciam o negro e o seu lugar na sociedade. Na literatura, é possível perceber que se por um lado existem autores que tentam dar voz a esses sujeitos, por outro reforçam e reverberam preconceitos. Compreendendo a possibilidade da utilização da literatura para se promover discussões de temas sensíveis, em especial no campo dos Estudos Organizacionais, o objetivo deste artigo é compreender como a obra de Monteiro Lobato, *O Presidente Negro*, contribui para a construção de imaginários sociodiscursivos e interdiscursivos racistas, que ainda hoje reverberam dentro das organizações. Para tanto, recorremos à Análise do Discurso, particularmente ao arcabouço teórico-metodológico dos linguistas franceses Charaudeau e Maingueneau, com os conceitos da Semiologia Social e de Interdiscurso, respectivamente. Conforme apresentado na análise, os imaginários e interdiscursos aqui analisados se apresentam como representações que permeiam a memória coletiva e acabam por evidenciar uma problemática estrutural. Além disso, foi possível observar que a obra é marcada por outros discursos como a filosofia iluminista, teorias racistas e teoria do darwinismo social que reforçam a ideia dos posicionamentos preconceituosos com relação à raça.

Palavras-Chave: literatura; Monteiro Lobato; raça, análise do discurso.

(Un)masked racial discrimination: discursive analysis of Monteiro Lobato's novel O Presidente Negro

ABSTRACT

The black race in Brazil is historically marked by discrimination, devaluation and disrespect. Moreover, this reality is reinforced by cultural media products that define the stereotypes that depreciate black people and their place in society. In literature, meanwhile some authors try to give voice to these subjects, others reinforce and reverberate prejudices. In order to understand the possibility of using literature to promote discussions about sensible topics, especially in the field of Organizational Studies, this paper sought to answer the following question: how does the book *O Presidente Negro* (1926) by Monteiro Lobato (1882-1948) contribute to the construction of racist socio-discursive and interdiscursive imaginaries that still exist nowadays in organizations? For that, we adopted the Discourse Analysis, particularly the theoretical-methodological framework of the French linguists Charaudeau and Maingueneau, alongside with the Semiology concepts of the Social Imaginary and Interdiscourse, respectively. As presented in the analysis, the imaginaries and interdiscourses are representations that permeate the collective memory and end up showing a structural problem. Furthermore, it was possible to observe that the book is marked by other discourses such as the Enlightenment philosophy, racist theories and the Social Darwinism that reinforce the idea of prejudiced positions regarding race.

Keywords: *literature; Monteiro Lobato; race; discourse analysis.*

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em: 30/11/2020

Revisado em: 13/06/2021

Aprovado em: 16/07/2021



Hellen Cordeiro Alves Marquezini ,

Fundação Getúlio Vargas FGV-EAESP
Doutoranda em Administração de Empresas

hellenmarquezini@gmail.com

Ludmila de Vasconcelos Machado Guimaraes ,

Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Brasil
Doutora em Administração

ludmilavmg@gmail.com

Flávia Pereira Dias Menezes ,

Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Brasil
Doutora em Estudos de Linguagem

flaviapdmenezes@gmail.com

Introdução

Na literatura, pode-se identificar, dentre os diversos gêneros literários, obras que exploram o êxito de pessoas negras na profissão; algumas discutem a discriminação que se sustenta em torno da raça, outras discutem as lutas históricas de empoderamento das mulheres negras, como *Quem tem medo do feminismo negro* de Djamilia Ribeiro, *Na minha pele* de Lázaro Ramos e *Olhos d'água* de Conceição Evaristo. Ao mesmo tempo, há na literatura o racismo, o preconceito racial velado ou até mesmo escancarado e, conseqüentemente, uma sustentação argumentativa de uma superioridade branca (Dalcastagnè, 2008). A representação dos negros, neste último caso, reforça a concepção reducionista e preconceituosa de sua identidade (Zamora, 2012).

Compreendendo os impactos da literatura como instrumento que faz pontes entre a cultura e educação, uma vez que possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e estrutural brasileiro (Pinheiro & Lacerda, 2018), este artigo se dedica a analisar a obra *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato. A obra escolhida para ilustrar este trabalho traz não só aspectos da literatura que revelam o racismo em sua essência, mas também nos convoca a realizar reflexões sobre seu autor e o contexto em que foi escrita. Esses pontos não podem ser analisados separadamente, já que autor, obra e contexto são indissociáveis e suas ideias reverberam, podendo provocar impactos estruturais nas dinâmicas social e organizacional, até mesmo ao reforçar um cenário já existente.

As implicações de *O Presidente Negro*, tendo como autor o “ícone” da literatura infantil, Monteiro Lobato, extrapolam os limites de uma obra ficcional, principalmente pelo lugar de referência social que o autor ocupava e que ainda ocupa no imaginário de quem o lê. Impactos sociais e organizacionais que obras como essa promovem podem ser vistos em toda a estrutura que os negros foram e ainda estão inseridos. Dentre eles, a sub-representação na política (Costa, 2021), a dificuldade para exercer direitos constitucionais (Marquezini, Guimarães, & Barreto, 2021), a baixa ocupação em altas posições organizacionais (Gündemir, Homan, de Dreu, & van Vugt, 2014) e os assassinatos pela mão do Estado (Willis & Willis, 2016), o que reforça as discriminações raciais em todas as instâncias, inclusive as organizacionais.

Tido como um dos maiores autores de histórias infantis do Brasil, Monteiro Lobato construiu personagens que marcaram os imaginários de crianças por gerações, em diversos países ao redor do globo (Franca, 2009). Tornou-se reconhecido no cenário brasileiro principalmente pelo *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, uma série de livros escrita entre 1920 e 1947. Muitos leitores o conhecem por meio de suas obras infantis. Porém, o autor também escreveu para o público adulto, a exemplo, *O Presidente Negro*, publicado em 1926.

Essa obra de Lobato pode ser classificada como uma ficção científica delineada por discussões que giram em torno de gênero, inovações científicas e tecnológicas e é atravessada estruturalmente pelo discurso do racismo. Na narrativa do livro, o autor deixa marcas relacionadas à negatividade dos negros, justificada por um “racismo científico”, e enfatiza como positiva a

manutenção da “pureza” racial. Dentro desse contexto, o objetivo deste artigo é compreender como a obra de Monteiro Lobato, *O Presidente Negro*, contribui para a construção de imaginários sociodiscursivos e interdiscursivos racistas, que ainda hoje reverberam dentro das organizações. Para atingir esse objetivo, utilizou-se o arcabouço teórico-metodológico da Semiologia de Charaudeau com o conceito de imaginário sociodiscursivo e a noção de interdiscurso de Maingueneau.

Os imaginários sociodiscursivos, de acordo com a Semiologia, estão relacionados a modelos de compreensão do mundo sobre determinado assunto (Charaudeau, 2007, 2010, 2012, 2013), e no caso deste estudo, o olhar sobre a questão racial na literatura. O papel do analista do discurso, conforme o autor, nesse sentido, é verificar como surgem os imaginários, em que situação de comunicação estão presentes e qual visão de mundo eles retratam. Para a interpretação dos imaginários, é necessário considerar o contexto social, histórico e cultural e, ainda, o nível de consciência coletiva, o inconsciente, o subconsciente e o consciente (Charaudeau, 2007, 2010, 2012, 2013). Complementarmente, utilizar a noção de interdiscurso para análise da obra é uma forma de compreender como os sujeitos interagem com os outros (Maingueneau, 1997, 2014a, 2014b), sendo uma importante ferramenta para análise da constituição dos discursos e as escolhas feitas para sua formulação.

Os conceitos utilizados na análise se justificam pelas características, elementos do corpus e especificidades da obra analisada. Há muitas perspectivas destinadas a analisar o funcionamento da linguagem em situações de comunicação, porém, neste estudo, optou-se pela análise do discurso que auxilia na interpretação dos efeitos de sentidos presentes na narrativa e as relações entre a obra de Monteiro Lobato e o seu contexto social.

Esse artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seção seguinte apresentará o referencial teórico do artigo, dividido em: contextualização da racialização no Brasil, a trajetória de Monteiro Lobato no contexto histórico no qual a obra foi escrita e a apresentação da obra de análise. A terceira seção apresenta o arcabouço teórico-metodológico da Semiologia de Charaudeau e Maingueneau com os imaginários sociodiscursivos e o interdiscurso, respectivamente, por meio dos quais é identificado o agenciamento de vozes no romance de Monteiro Lobato. A quarta seção retoma os conceitos e metodologias fundamentais para a operacionalização da análise aqui proposta. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Referencial Teórico

Contexto histórico: a construção racial no Brasil

O Brasil Imperial foi responsável por receber quase cinco milhões de negros escravizados (Schwarcz & Gomes, 2018) que, nesse processo de sequestro de suas vidas, foram uniformizados (Gonzales & Hasenbalg,

1982), sendo juridicamente coisificados com o intuito de roubar seus laços pessoais e comunitários, suas identidades, sua humanidade (Santos & Café, 2017). Para justificar a escravização, os colonizadores utilizavam discursos religiosos, argumentando que essa era a predestinação divina para os africanos, bem como o mecanismo para seu acesso à salvação (Alencastro, 2000; Oliveira, 2007).

Ao serem reconhecidos pela elite dominante e escravista como propriedade, os negros escravizados foram vítimas de estratégias psicológicas preconceituosas e discriminatórias, as quais visavam à dominação e ao controle de seus corpos, bem como a sua manutenção como ser inferior (Fanon, 1968; Munanga, 1986). No Brasil Colônia, o conceito de raça foi atrelado às características biológicas (Teixeira, 2015) e as relações raciais foram disseminadas sob as ópticas da escravização e do colonialismo (Teixeira, Oliveira, & Carrieri, 2020), ajudando a moldar o que viriam a ser as políticas desenvolvidas pelo Estado em relação à população negra.

Com a abolição do sistema escravagista e a implantação da República, não houve a implementação de medidas reparatórias à comunidade afro-brasileira em um processo discriminatório, desumano e estruturante de dominação e produção de desigualdades e injustiças sociais. O sujeito negro foi subjugado a uma posição de inferioridade amparada nas teorias do racismo científico, para o qual os brancos ocupam uma posição superior na hierarquia biológica racial (Silva & Santos, 2018). Nesse contexto, o governo, em uma tentativa de reduzir o quantitativo negro no país e embranquecê-lo, instituiu políticas imigratórias que incentivaram a vinda principalmente de cidadãos europeus (Ortiz, 1985). A ideologia do embranquecimento “foi, antes de tudo uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX” (Guimarães, 1999, p. 53). Assim, iniciou-se, científica e politicamente, a defesa da ideia de superioridade da raça branca em detrimento das demais, legitimando os diferentes tratamentos dados a brancos, negros e indígenas (Mesquita, Teixeira, & Silva, 2020; Teixeira *et al.*, 2020), o que viabilizou a construção de um projeto estatal de sociedade e de nação racista sob a égide da branquitude (Silva, Oliveira, Gouvêa, & Souza, 2020), um produto sócio-histórico no qual os sujeitos brancos têm privilégios simbólicos e materiais, de natureza subjetiva e objetiva, em relação aos não brancos (Cardoso, 2010; Schucman, 2012).

O debate racial brasileiro passa pela trajetória histórica marcada pela miscigenação racial. Piza (2000) ressaltou que o branqueamento se refere à assimilação de atitudes, normas e valores associados aos brancos, pelo sujeito não branco, com o intuito de ser reconhecido como detentor de uma identidade racial positiva. Segundo o autor, o branqueamento significava mudanças culturais e comportamentais entre os negros, além da necessidade de se criar biologicamente intermediários entre pretos e brancos: os mestiços. Essa miscigenação tem como particularidade as subdivisões no interior dos grupos raciais branco e negro, o que não alterou a divisão entre superior e inferior, mas impôs uma dinâmica própria: o escalonamento dentro dos grupos raciais (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Nesse caso, o pardo pode ser visto como a negação ou justaposição/síntese, mestiçagem, entre eles (Piza, 2000).

Munanga (2004) resgata que Sívio Romero foi um dos principais defensores da purificação racial brasileira por meio da miscigenação entre negros e brancos, crente que em um futuro próximo a nação seria composta basicamente por civilizados, leia-se brancos, em função da seleção natural. O autor retoma também a figura de Oliveira Viana, precursor da construção da ideologia racial brasileira, que se fundamentou no papel do indivíduo aparentemente branco, tomando o mestiço como um passo de transição da negrura para a brancura, ainda que, ao mesmo tempo, impuro e degenerado.

Esse pensamento de que o mestiço permaneceria um degenerado, já que o negro (miscigenado ou não) era inegável e invariavelmente inferior (Costa, 2001), era compartilhado por Raimundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, principais pensadores do ideário eugenista, higienista e de repúdio à miscigenação, aplicado no Brasil no século XIX e primeira metade do século XX (Silva, 2018). Em 1918, os médicos Renato Kehl e Arnaldo Vieira de Carvalho fundaram a Sociedade Eugênica de São Paulo (Souza, 2012), “como uma iniciativa nacionalista e uma obra de regeneração nacional” (Habib, 2007, p. 4). Dentre seus apoiadores, estava o escritor e editor de renome no meio intelectual brasileiro, Monteiro Lobato.

Para os adeptos da regeneração nacional, por meio da eugenia, a nação alcançaria sua perfeição social, havendo três correntes difundidas no país, a positiva, a preventiva e a negativa (Figura 1), com preponderância da eugenia preventiva até 1920, sendo gradativamente substituída pela eugenia negativa (Souza, 2017). A Sociedade Eugênica de São Paulo foi extinta em 1919, mas tanto Kehl quanto Lobato continuaram a acreditar na eugenia e a divulgá-la enquanto a ciência do aperfeiçoamento físico e moral da espécie. Dentre os exemplos da inserção das ciências eugênicas no seio da sociedade brasileira, citamos os concursos para premiação de crianças oficialmente eugênicas (Cacique, 2012) e a esterilização compulsória de pessoas com sofrimento mental (Fraga & Aguiar, 2010).

Vertente Eugenista	Descrição
Eugenia Positiva	Aprimoramento racial centrado no incentivo na procriação eficaz de indivíduos aptos e sadios.
Eugenia Preventiva	Melhoria racial por meio do saneamento e controle de fatores disgênicos supostamente ambientais.
Eugenia Negativa	Coibição e proibição de casamentos disgênicos no intuito de impedir procriação de inaptos.

Figura 1. Vertentes eugenistas presentes no Brasil no século XIX e primeira metade do século XX

Fonte: Adaptado de Souza, J. W. (2017). *Raça e Eugenia na obra geral de Monteiro Lobato*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Na modernidade, Gilberto Freyre foi o principal difusor da democracia racial, com a propagação do discurso ideológico do embranquecimento e da crença de que os negros, em função da miscigenação e da inferioridade biológica, seriam suprimidos (Schwarcz, 2001). A partir da democracia racial, a elite brasileira investiu na imagem oficial de um paraíso racial e recriou a história da miscigenação como uma herança portuguesa, amenizando a

violência do regime escravagista e difundindo um modelo mais brando de escravidão (Domingos, 2005; Zullo, 2019).

Considerando a construção racial brasileira, é preciso apontar que a cor é o principal indicativo de raça e discriminação racial no Brasil, partindo do pressuposto de que esta discriminação tem como principal matriz a noção de raça (Schucman, 2010). A identidade racial marcada por traços de cor e fenótipo é adotada no Brasil nas pesquisas do IBGE. A distinção da população por cores contribuiu para a desvinculação das raízes africanas dos brasileiros, reduzindo o sentimento de pertencimento étnico-racial desses cidadãos, o que interfere diretamente no potencial de mobilização político-social (IBGE, 2011, 2013).

Essa concepção racial tornou um tabu a discussão aberta sobre raça e racismo no Brasil, uma vez que “a raça direciona o olhar, é pela percepção que os sujeitos se reconhecem como semelhantes ou diferentes” (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p. 28). Pode-se assim dizer que o racismo é:

Uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural... Ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2003, pp. 6-7).

O racismo manifesta-se sob três concepções: a níveis individual, institucional e estrutural (Almeida, 2019). O racismo individual “é tratado sob a perspectiva particular, psicológica e individualizante” (Marquezini *et al.*, 2021, p. 114). O racismo institucional é o resultado das dinâmicas institucionais que conferem práticas sistemáticas de discriminação, enquanto o racismo estrutural é resultado da própria estrutura social, manifestando-se como processo político, em que sua viabilização depende do poder político, bem como do processo histórico inerente a cada contexto social (Almeida, 2019).

Assim, o preconceito racial pode ser definido como uma “disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece” (Nogueira, 2007, p. 292). O preconceito da forma em que se apresenta no Brasil é considerado um preconceito de marca, ou seja, uma reformulação da expressão “preconceito de cor” (Nogueira, 2007; Teixeira, 2015; Mesquita, *et al.*, 2020).

Contemporaneamente, diferentes estudos comprovaram que, do ponto de vista genético e biológico, não há raça ou motivo para considerar o negro biologicamente inferior (Hita, 2017). Assim, a raça é entendida como uma construção social ou política que demarca, do ponto de vista simbólico e material, persistentes processos explícitos e tácitos utilizados para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios (Guimarães, 1999).

A discussão acerca da diáspora negra, conforme Gilroy (2001), não pode ser desconsiderada na relação com a modernidade, a globalização e as identidades negras. Para Sovik (2002), a identidade negra permite uma discussão na qual se priorizem as particularidades do contexto social e cultural, buscando evidenciar a identidade negra não como uma representação genérica, mas em uma autoafirmação em que se encontra na essência o significado de ser negro.

As pesquisas com temática racial em Estudos Organizacionais partem da premissa do apagamento da raça nas organizações (Conceição, 2009), entendendo o campo como hegemônico. Muzanenhano e Chowdhury (2021) afirmam que a construção do conhecimento centrado nos padrões da branquitude vão marginalizar o conhecimento não-branco. Esta pesquisa, portanto, é uma possibilidade para entender, a partir da literatura, como a questão racial vem sendo tratada, visando contribuir para essa ruptura da dominação da branquitude e a construção de sujeitos e de sociedade emancipados.

Um homem de seu tempo (?): um breve recorte da trajetória de Lobato.

Para compreender os efeitos de sentidos presentes na narrativa e as relações entre a obra de Monteiro Lobato e o seu contexto social, é necessário realizar a reconstrução de sua trajetória, a partir de uma perspectiva para além da reconstrução histórica; é preciso localizar o autor no tempo e no espaço, visando entender: 1) suas vivências e, a partir delas, apreender por que ele criou suas obras, assim como 2) entender o tempo em que viveu e sua correlação com as próprias obras, bem como a posição que assumiu nestas e no convívio social.

Monteiro Lobato nasceu em 1882 (Cavalheiro, 1955) em uma família aristocrata do Vale do Paraíba (Matos & Senna, 2011), região marcada por lavouras de café, com mão de obra predominantemente escravizada (Muaze, 2016). Cresceu em meio a uma República constituída de forma autoritária, tendo em sua constituição heranças latifundiárias, escravocratas, patriarcais. “Herdeiro de uma herança falida que o excluiu dos círculos de dominância econômica e política”, isso “o levou a buscar nas letras os capitais e o prestígio perdidos” (Souza, 2017, p. 171). Sua maturidade profissional e intelectual se desenvolveu entre a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945) (Carvalho, 2016). Esse contexto histórico herdava o recente fim da escravização, com a promulgação da Lei Áurea em 1888, cujo legado implicou, também, uma agenda civil discriminatória.

Lobato não estava imune ao contexto e à mentalidade da época, e esse entendimento de mundo está presente em sua vida e obra. Fundador da Companhia Editora Nacional (Carvalho, 2016), editora que ainda existe, cunhou a célebre frase: “Um país se faz com homens e livros” (Branco, 2007). Nesse sentido, é interessante analisar que uma grande questão presente em suas narrativas era a miscigenação e suas consequências degenerativas à espécie. Um exemplo é a personagem Jeca Tatu, em que o homem do campo nacional, fruto da “má semente” miscigenada brasileira, é retratado

inicialmente como uma figura inapta ao trabalho, sem nenhum tipo de sentimento patriótico, incapaz de adaptar-se à civilização e ao progresso, sendo posteriormente atualizada em um ato político-patriota-eugenista de Lobato (Habib, 2007; Soares, 2015).

Monteiro Lobato transitava nos círculos intelectuais e políticos da época. Além dos laços construídos pela afinidade pessoal e ideológica com membros dos movimentos higienista e eugenista, essa relação o beneficiava à medida que também partilhava do prestígio atribuído a estes (Souza, 2018, 2019). A imersão nesses grupos e sua crença nessas correntes que apostavam no aperfeiçoamento racial brasileiro através da eugenia, influenciou as obras lobatianas, utilizadas para propagar nas entrelinhas essa mensagem (Diwan, 2007). Nas palavras do autor em uma carta de 1930: “É um processo indireto de fazer eugenia, e os processos indiretos, no Brasil, *work* muito mais eficientemente” (Diwan, 2007, p. 111).

Seu grande interesse no desenvolvimento nacional e estreito envolvimento com os Estados Unidos culminou no cumprimento de uma missão diplomática no país como adido comercial (Almeida, 2008; Souza, 2017). Esse fato despertou em Lobato a expectativa de publicar livros nos EUA, escolhendo como obra de estreia *O Presidente Negro*, originalmente titulado *O Choque das Raças ou O Presidente Negro*, nome que reflete de forma assertiva o teor da obra. Faz-se notar que logo após a publicação da obra em solo brasileiro, ocorreu a Segunda Guerra Mundial, e boa parte das ideologias que perpassam a guerra, trazidas por Hitler por meio da eugenia, também perpassam a obra.

O livro, ainda que uma obra de ficção científica escrita antes do Holocausto, pregava a utilização da ciência para extermínio de um povo, o que motivou a recusa dos editores norte-americanos em sua publicação (Matos & Senna, 2011). O autor criticou essas decisões editoriais, expressando sua indignação em cartas enviadas a amigos dizendo que deveria ter ido antes para os EUA, já que o país havia se corrompido (Dias, 2010). O posicionamento de Lobato por meio dessas cartas são documentos que representam, de maneira efetiva, a ideologia brasileira da época. Ainda que ficção, *O Presidente Negro* é uma forma de desvelar os pensamentos do autor — e do processo de nação construída no Brasil do pós-abolição à atualidade. Dessa forma, é pertinente que se problematize as discussões de raça no contexto intelectual e literário brasileiro, no qual a obra de Lobato e seus impactos não devem ser ignorados.

Apresentação da obra de análise: *O Presidente Negro*

O objetivo desta seção não é realizar uma revisão sistemática de literatura da produção acadêmica sobre a obra *O Presidente Negro* de Monteiro Lobato, contudo, apresentamos um breve mapeamento bibliográfico, de forma a conhecer a inserção da obra no campo, antes de efetivamente apresentá-la. Nesse mapeamento foram utilizadas duas bases de dados de pesquisa: o Google Scholar, para verificação da amplitude de pesquisas sobre a obra, e o repositório Spell, para mapeamento do cenário especificamente no campo de Administração.

Para averiguar a abrangência de pesquisas envolvendo a obra de Monteiro Lobato e questões raciais, empreendeu-se uma busca no repositório Google Scholar. Para tanto, foram seguidos os seguintes passos: 1) como descritores de busca, utilizou-se “monteiro lobato AND raça OR racismo”; 2) foram excluídas patentes e citações; 3) levantou-se todas as publicações até 2021; 4) a pesquisa foi realizada apenas nas páginas em português; 5) os resultados foram classificados por data e, finalmente, foram identificadas 692 publicações nas diversas áreas de conhecimento. Dentre os dez considerados mais relevantes segundo a referida busca, identificamos estudos em Literatura e Linguística, Antropologia, Sociologia e Psicologia. Destacamos o livro de Jaqueline Silva Miranda (2020), *Monteiro Lobato e o Racismo Literário*, que retrata a representação do negro nos livros de Lobato. Considerando que uma obra não está descolada da trajetória biográfica de seu autor, é importante lembrar que Monteiro Lobato foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e um grande defensor da eugenia (Ferretti, 2020), estando sua produção literária permeada pelos pressupostos dos ideais eugênicos, notadamente marcada pelo racismo. Várias pesquisas e análises como as encontradas neste breve levantamento bibliográfico apresentam evidências desse posicionamento em suas obras.

Apesar de existirem diversas pesquisas em outras áreas sobre Lobato e a questão racial, na Administração esse cenário é inexistente. Em levantamento bibliográfico realizado em junho de 2021 na plataforma SPELL — *Scientific Periodicals Electronic Library*, visando identificar a produção acadêmica sobre Lobato, literatura e questões raciais no campo da Administração, a busca realizada a partir de palavra-chave com o descritor “Monteiro Lobato” não encontrou nenhuma referência ao autor. Para mapeamento do cenário das pesquisas que englobem a literatura, buscou-se na referida plataforma, utilizando-se os mesmos parâmetros e com o descritor “literatura”. Foram encontrados apenas 15 artigos, dentre os quais foram excluídos cinco que não discorrem sobre produções literárias e/ou suas implicações. Os 11 artigos restantes versam sobre temáticas diferentes da proposta deste trabalho, a saber: computação afetiva (Allis, Fois-Braga, Moratori, & Fraga, 2020), Sherlock Holmes (Malanovicz, 2019), Pós-Modernismo na literatura (Mastella & Godoi, 2017), imaginário social brasileiro (Vasconcellos, 2016), etnografia urbana (Sant’Anna & Souza, 2014), publicidade infantil (Souza & Baader, 2011), práticas de ensino (Pinheiro, Vieira, & Motta, 2010; Fischer, Davel, Vergara, & Ghadiri, 2007), preconceito intelectual em torno do futebol (Hollanda, 2009) e construção da memória coletiva (Brum, 2007). Nenhum desses artigos aborda ou perpassa pelas questões raciais. Ampliando esse mapeamento no mesmo repositório a partir do descritor “raça”, apenas 21 artigos sobre a temática foram encontrados e nenhum destes realiza a discussão a partir de obras literárias. Não foram encontrados artigos em que os descritores de pesquisa estivessem associados, podendo ser inferido que não há produção na área de Estudos Organizacionais que discorra sobre o tema do preconceito nessa obra.

Sinopse da obra

O Presidente Negro (originalmente denominado *O Choque das Raças ou O Presidente Negro*, e posteriormente, *O Presidente Negro ou O Choque das Raças: romance americano do ano 2228*), é um romance adulto escrito por Monteiro Lobato (Carvalho, 2016). Originalmente fora publicado em forma de folhetins pelo jornal carioca *A Manhã* durante o período de seis semanas em 1926. No final do mesmo ano, ganhou o formato de livro, com uma tiragem de 16 mil exemplares. A obra teve uma única reedição publicada em 2008 pela Editora Globo. As obras do autor encontram-se em domínio público desde 01 de janeiro de 2019 (Carvalho, 2016).

O Presidente Negro conta a história de uma disputa eleitoral pela Casa Branca nos Estados Unidos, no ano de 2228. A história se passa no ano de 1926, mas dá um salto temporal para o futuro. O protagonista e também narrador da história, Ayrton Lobo, é um homem comum, de pouco estudo, que atuava como cobrador do comércio Sá, Pato & Cia. Ayrton vivia do trabalho, ganhando o necessário para pagar o quarto onde morava, a pensão onde comia e a roupa que vestia. A história se desenvolve após Ayrton sofrer um acidente de carro na região de Nova Friburgo (atual Rio de Janeiro) e ao acordar se vê acolhido em um misterioso castelo, a casa do cientista e professor Benson.

Envergonhado de retornar à cidade sem o carro recém adquirido, totalmente perdido no acidente, afeiçoando-se ao castelo e vislumbrando a possibilidade de trabalhar com o cientista, Ayrton pediu-lhe um emprego. Benson explicou que não necessitava de novo empregado, pois possuía o número de criados necessário para conservação da propriedade e que não via nela função que Ayrton poderia desempenhar. No entanto, propôs a ele o emprego de confidente para confiar-lhe a história de sua vida, pedindo, como contrapartida, que o segredo fosse guardado. No castelo, o protagonista conheceu a filha de Benson, Miss Jane, pela qual ficou encantado.

A narrativa se envereda na explicação do cientista Benson e de Jane sobre uma máquina, uma invenção, que permitia assistir ao futuro, o “porvir”, chamada de porviroscópio. Benson apresentou o laboratório a Ayrton e, depois de sua morte, quem deu continuidade à narração dos fatos que iriam acontecer no futuro foi Miss Jane. Benson acreditava que a humanidade não estava apta a suportar a revelação do futuro e temia que a sua invenção caísse no poder de um grupo que pudesse fazer mau uso do equipamento, por isso, antes de morrer, destruiu o porviroscópio. Ele apenas se utilizou do invento para reunir o dinheiro necessário para sua subsistência e de sua filha, e para a manutenção de suas pesquisas.

Quando o cientista faleceu, Ayrton voltou a trabalhar na firma Sá, Pato & Cia., mas visitava Miss Jane todos os domingos no castelo. Ela lhe narrava o que aconteceu em 2228 na disputa presidencial dos Estados Unidos. Naquele ano, três partidos americanos disputavam o cargo de presidente: o Partido Masculino, representado pelo candidato branco com mandato em exercício e em busca da reeleição, senhor Kerlog; o Partido Feminista com Miss Evelyn Astor, representando as mulheres brancas; e o Partido Negro, representado pelo negro Jim Roy. Cada partido teria respectivamente o seguinte número de eleitores: 51 milhões; 51 milhões; e 54 milhões. A divisão dos brancos em duas candidaturas possibilitou a eleição do negro Jim Roy.

Naquela época, conforme a narração de Miss Jane, os negros tentavam branquear a pele usando processos de despigmentação e sonhavam com cabelos esticados. Assim, o inventor americano John Dudley propõe uma solução: alisar os cabelos dos negros por meio do uso de raios ômega. Milhões de negros passam pelo processo de alisamento, mas além de alisarem os cabelos dos negros, a fórmula criada provocava a esterilização de toda a raça negra, o que era desconhecido pela população. Durante o processo eleitoral, Jim Roy toma conhecimento dessa monstruosidade engendradora e morre antes de tomar posse, de maneira não esclarecida.

Abordagem discursiva teórico-metodológica: Imaginários sociodiscursivos e Interdiscursos

Do ponto de vista metodológico, optou-se por analisar a obra de Monteiro Lobato a partir do modelo hipotético-dedutivo, de tipo qualitativo, que se respalda em conceitos fundadores e categorias explicativas. Seguindo as recomendações de Charaudeau (2011), a amostra de análise (a obra) é constituída por categorias, nas quais foram realizadas a análise qualitativa. Ou seja, nossa amostra não é a parte de um todo (como seria uma amostra de palavras representativas de um todo textual); o autor recomenda que ela seja “constituída por categorias em que cada uma é um ponto focal sobre o qual incide a análise qualitativa (os locutores, os gêneros, os temas)” (Charaudeau, 2011, p. 20).

A Análise do Discurso (AD) traz em sua origem a multidisciplinaridade ao se constituir como uma área do saber que apresenta conceitos e princípios oriundos da História, da Psicanálise, das Ciências da Linguagem, das Ciências Sociais, e perpassa as discussões de importantes pensadores como Freud, Marx, Saussure, Lacan, Althusser, Pêcheux e Foucault (Paulon, Nascimento, & Laruccia, 2014). Ela tem sido utilizada por diferentes áreas do conhecimento que compreendem e reconhecem que as análises dos fenômenos linguísticos são indissociáveis da situação de uso social da língua.

No campo dos Estudos Organizacionais, múltiplas são as abordagens possíveis de utilização da AD como estratégia de pesquisa (Carrieri, Leite-da-Silva, Souza, & Pimentel, 2006). Assim, para responder à pergunta norteadora deste artigo, recorreremos ao arcabouço teórico-metodológico da Semiologia e do Interdiscurso. Tendo como principal referência os linguistas franceses Charaudeau (2013) e Maingueneau (2014), respectivamente, utilizamos os conceitos de imaginários sociodiscursivos para a interpretação da imagem sobre a realidade social, e de interdiscursos para a identificação do agenciamento de vozes na obra *O Presidente Negro* (1926).

A partir dessa escolha, foram utilizadas categorias de análise baseadas em Charaudeau (2013) e Maingueneau (2014) para interpretação dos discursos presentes na obra. Essas categorias emergiram a partir de leituras exaustivas, realizadas no período de junho a setembro de 2020, tendo como orientadores os imaginários sociodiscursivos e interdiscursivos, conceitos

que serão detalhados na seção seguinte. Ressaltamos que uma das autoras do presente artigo é da área da Linguística, o que possibilitou que a solidez metodológica e analítica fosse garantida por uma especialista em AD.

Imaginários sociodiscursivos

O conceito de representação social tem sido estudado por diversas áreas do conhecimento como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e também a Linguística com a Análise do Discurso (Crochik, 1994). As representações sociais estão relacionadas aos processos sociais de diferenças e semelhanças na sociedade (Crochik, 1994; Jodelet, 2001). Jodelet (2001) nos conta da importância das representações sociais na vida cotidiana: “elas nos guiam de modo a nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (p. 17). A autora as considera como algo natural em diversas ocasiões, pois “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (p. 17).

As representações sociais são importantes para estabelecer crenças e orientar as condutas aceitas em determinada época, por isso Charaudeau (2007) cunha o termo “imaginários sociodiscursivos” e reformula dentro dos estudos da AD a descrição dos saberes partilhados, que estão implícitos e explícitos pelos sujeitos envolvidos em um ato de linguagem. O linguista opta pelo termo “imaginário” em detrimento de “estereótipo”. Segundo o autor, essa escolha deve-se à proliferação de termos cobrindo um mesmo campo semântico, tais como “clichê”, “chavões”, “ideias batidas”, “lugar comum”, “preconceito”, “estereótipo”, que, por força da repetição, simplificam e generalizam as suas significações. Para o autor, se por um lado, certas expressões circulam em grupos sociais com a função de identificação, por outro, são usadas de forma simplista ou generalizante, falseando verdades, instaurando preconceitos e configurando-se como traços de suspeita em relação ao que é dito. Assim, os estereótipos têm a função de estabilizar os laços sociais.

O autor conclui que é necessário empregar o termo como substantivo, porque recupera uma noção que se inscreve em uma tradição filosófica e psicológica, para ser finalmente recuperada e reconceitualizada pela Antropologia Social, já que seu emprego como adjetivo adquire esses valores de invenção, ficção. Assim, o imaginário pode ser compreendido efetivamente como uma imagem da realidade, uma imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações, ou seja:

[...] A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade. (Charaudeau, 2013, p. 203).

Metodologicamente, os imaginários discursivos são “identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis” (Charaudeau, 2013, p. 203). Já os imaginários sociodiscursivos “circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros” (p. 203). O linguista classifica o imaginário sociodiscursivo a partir da premissa de que o sintoma de um imaginário é a fala (escrita, imagem etc.). Os imaginários se constroem a partir de tipos de saber que são investidos, por vezes, de *logos* (o saber como argumento racional), *pathos* (a emoção do discurso), e *ethos*. *Ethos* é definido pela imagem que o enunciador deixa entrever de si no processo enunciativo, sendo construído no próprio ato de enunciação. O *ethos* assume importância no discurso, pois é por meio da construção da imagem de si que o enunciador legitima seu próprio dizer: “a construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação” (Amossy, 2008, p. 10).

O imaginário sociodiscursivo circula em um grupo social e se materializa em enunciados, materialização esta sustentada por uma racionalidade discursiva. Circula, portanto, em um espaço de interdiscursividade. No caso deste estudo, a narrativa é a materialização discursiva por estar difundida nos meios de comunicação e por promover trocas sociais a partir da linguagem, instaurando vínculos e produzindo efeitos (Charaudeau, 2007).

Interdiscursividade

Um importante conceito capaz de identificar o agenciamento de vozes no corpus em questão é a interdiscursividade, já que todo discurso é atravessado por ela, isto é, está em relação multiforme com outros discursos (Maingueneau, 2014a, 2014b). O discurso tem efeito polifônico: dialoga com outros discursos e outras vozes estão presentes (Brandão, 2004; Orlandi, 2009). Nenhum discurso, portanto, é singular, pois está em constante interação com outros já existentes ou que estão sendo produzidos.

Maingueneau (2014a; 2014b) trabalha com o conceito de interdiscurso (ou espaço discursivo) em um sentido restritivo: “[...] um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros” (p. 286). Já em um sentido amplo, o autor considera o interdiscurso como “[...] o conjunto de unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita” (Maingueneau, 2014a, p. 286).

Maingueneau (1997) apresenta a noção de interdiscurso de forma operacional e recorre a três outros termos complementares para precisar melhor a noção do conceito: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo é explicado pelo autor como “[...] o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura” (Maingueneau, 1997, p. 116). Esse universo representa um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em

sua globalidade (Maingueneau, 1997, 2014a, 2014b). É de pouca utilidade para o analista e define apenas o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados os “campos discursivos”.

O campo discursivo é, segundo Maingueneau (1997, p. 116), “[...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”. Pode tratar-se do campo político, filosófico, dramaturgicamente, entre outros, e esse recorte em “campos” é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas (Maingueneau, 1997, 2014a, 2014b).

Por espaço discursivo, o autor entende a partir de uma decisão do analista em função dos objetivos de pesquisa, “[...] delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (Maingueneau, 1997, p. 117).

Apresentados os conceitos, partiremos para as análises da obra de Monteiro Lobato, *O Presidente Negro*.

■ *O Presidente Negro*: uma análise a partir dos imaginários sociodiscursivos e interdiscurso¹

Para melhor construção da análise aqui proposta, optamos por dividi-la em dois momentos: um primeiro, em que trabalhamos com Charaudeau (2013), com o conceito já explorado na seção anterior de imaginários sociodiscursivos, e um segundo momento em que recorreremos a Maingueneau (2014a), considerando o conceito de interdiscursividade.

Imaginários Sociodiscursivos

Mesmo que a narrativa de *O Presidente Negro* transporte o olhar para as questões políticas e raciais norte-americanas do ano de 2228, os temas apresentados reforçam, na verdade, o que ocorria na estrutura político-social do Brasil de inferiorização do negro e da mulher. Além disso, o autor expõe a realidade social brasileira e marginaliza os personagens da trama, mais especificamente, os negros. Seis imaginários sociodiscursivos que fazem referência à situação dos negros se destacam na obra: 1) incapacidade intelectual/mental, 2) depreciação estética, 3) incapacidade de construir família, 4) intolerância racial, 5) escravidão e 6) ciência como salvadora da “pureza” racial. É importante ressaltar que os imaginários aqui expostos foram separados por questão de organização para a apresentação nesse artigo, porém, pode-se considerar que eles se correlacionam e se entrelaçam no decorrer da narrativa e buscam mostrar a inferioridade do negro em relação ao branco.

¹ Os trechos que compõem esta análise foram extraídos da edição “Lobato, M. (2008). *O presidente negro*. São Paulo: Globo”. Grafia, pontuação e concordância estão exatamente como na obra original.

Sobre o imaginário de incapacidade intelectual/ mental, percebe-se que, no decorrer da história, o autor nos mostra, por meio das falas de seus personagens, a incompetência de um sujeito negro em assumir o mais alto posto do Poder Executivo americano. Se o negro demonstrasse capacidade e inteligência, era visto como um milagre, como sugere o trecho a seguir:

Jim Roy valia pelo símbolo da força. A raça espezinhada confluía-se toda nele, transformando-o num feixe de energias indomáveis. Em toda a sua vida pública jamais esse negro dera um só passo ou pronunciara uma só palavra que se não norteasse pela grande ideia que trazia embutida no cérebro. Não era um indivíduo, Jim. Era a própria raça negra por um milagre de compressão posta inteira dentro de um homem". (Lobato, 2008, p. 89-90).

Esse imaginário construído por meio da figura do Jim Roy reforça a hipótese de Monteiro Lobato da inferioridade do negro ante a superioridade do branco. O negro, posto como um oposto ao branco, é considerado como um erro das raças, por isso, buscava-se o embranquecimento da população e alteração na fisionomia para que, assim, o negro aperfeiçoasse a raça e se tornasse quase parecido com o branco, como podemos perceber no trecho a seguir:

Mal repostos ainda da emoção conseqüente á vitória de Jim Roy, outra os empolgava agora — e esta mais fecunda, pois redundaria num aperfeiçoamento físico da raça. Já o pigmento fôra destruído e, embora o esbranquiçado da pele não se revelasse côr agradável á vista, tinham esperança de obter com o tempo a perfeita equiparação cutânea. Vir agora, e assim de chofre, o resto, o cabelo liso e sedoso, a supressão do teimoso estigma de Cam, era, não havia duvida, sinal de um fim de estagio. Reduzidas desse modo as duas características estigmatizantes da raça, o tipo africano melhorava a ponto de em numerosos casos provocar confusão com o ariano. Entre a miss naturalmente branca e loura e a negra despigmentada e omegada pelo processo Dudley, era quasi nula a diferença". (Lobato, 2008, p. 147).

Os imaginários que circulam na sociedade são os de que os brancos devem ocupar as melhores posições nas empresas, os melhores espaços e condições sociais e econômicas. Isso se deve à construção dos discursos no que tange às questões étnico-raciais constituídas culturalmente e cristalizadas na sociedade quanto à hierarquia racial. Entende-se que os discursos são socialmente construídos e influenciam os posicionamentos das pessoas.

Além dos imaginários em torno da incapacidade intelectual e mental, aqueles relacionados à depreciação estética e à incapacidade dos negros de constituírem família também foram identificados. Na narrativa, foi mencionada a construção de uma fórmula para ser utilizada exclusivamente por negros, com o objetivo de padronização estética por meio do alisamento dos cabelos e que, ao mesmo tempo, esterilizava quem a usava, ou seja, os usuários não poderiam ter descendentes. Considerando que os brancos detinham o lugar mais alto da hierarquia racial, a esterilização pode ser compreendida como um "efeito colateral" — bem providencial —, quando a questão da higienização é algo que perpassa toda a obra e visto que há uma intenção de se constituir uma sociedade com os padrões de branquitude. Com relação aos cabelos, portanto, o alisamento se respaldava na intenção de um "aperfeiçoamento físico da raça". Nos dois trechos a seguir, podemos perceber essa prerrogativa nitidamente:

John Dudley dedicava-se, havia longo tempo, ao estudo do cabelo negro, esperançado em descobrir o meio de alisá-lo e torná-lo sedoso e absolutamente igual ao da raça branca. (Lobato, 2008, p. 146).

Os raios Ômega, de sua descoberta, tinham a propriedade miraculosa de modificar o cabelo africano. Com três aplicações apenas o mais rebelde pixaim tornava-se não só liso, como ainda fino e sedoso como o cabelo do mais apurado tipo de branco. (Lobato, 2008, p. 147).

O termo Ômega, que no livro designa a fórmula para transformar o cabelo do negro, é também a última letra do alfabeto grego e é utilizado, muitas vezes, para indicar o fim, o último. Pode-se inferir que, ao denominar o tratamento com a palavra Ômega, sugere-se a ideia de limite, ou seja, uma última tentativa de esbranquiçar o negro e também de impedir a procriação da raça.

Dessa forma, a partir do exposto, pode-se perceber um repúdio à miscigenação e, portanto, a composição de um imaginário no qual a sociedade deveria se resumir a uma única raça: a branca. Monteiro Lobato reforça em seu discurso o entendimento de mundo que possuía enquanto membro da Sociedade Eugenista Brasileira: que a miscigenação no Brasil, implementada e defendida pela teoria da democracia racial, foi um fracasso nacional. Em sua obra, além de estigmatizar a raça, o negro é comparado com animais selvagens — o que reforça a necessidade da não convivência e relação com os brancos, visto que qualquer aproximação entre as duas raças significaria uma deterioração da raça branca — o que podemos perceber nos trechos abaixo:

Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável peora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças dispareas. Carater racial é uma cristalização que ás lentas se vai operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa cristalização, liquefa-la, torna-a instável. A nossa solução deu mau resultado. (Lobato, 2008, p. 70-71).

Chegou a haver por parte dos negros um instintivo movimento de revolta. Implantou-se-lhes nos cerebros a convicção do crime, e a velha selvageria racial rajou de sangue os olhos da pantera. (Lobato, 2008, p. 167).

A respeito dos imaginários sociodiscursivos de intolerância racial e escravismo, eles são reforçados durante todo o decorrer da narrativa. Na trama, Miss Astor, candidata à presidência dos Estados Unidos, ao preferir para o candidato negro, destaca a submissão da mulher e do negro ao homem branco, fazendo alusão à escravidão para ressaltar o domínio dos brancos, como sugere o trecho a seguir:

Inimigo comum, sim, prosseguiu miss Astor. Ambas somos suas escravas; mas se a escravização dos teus, Jim, data de seculos, a nossa data de milenios. Caso o poder supremo venha ter ás mãos da mulher, o choque se atenuará, porque saberemos ser conciliantes, e haverá enorme economia de sofrimento futuro, se operar-se sem demora a aliança política do elvinismo com o elemento negro. Acresce uma circunstancia: os negros são conhecedores dos processos do macho branco e sabem muito bem o que dele podem esperar. Mas desconhecem os processos femininos; dada a contradição de ideias e sentimentos que hoje afasta as sabinas do gorila evoluído, só têm vantagens a esperar da vitoria elvinista. (Lobato, 2008, p. 90).

Práticas sutis, veladas, ou mesmo escancaradas de discriminação da raça, podem ser identificadas nos diversos campos de atuação dos sujeitos na atualidade. Hoje, porém, a população não-branca está amparada por leis que coíbem a prática racista e a injúria racial, o que não acontecia na época em que foi escrito e publicada a primeira edição *O Presidente Negro*. À época da publicação da obra, existiam coletivos negros que atuavam contra o racismo. A Frente Negra Brasileira teve atuação significativa, surgindo em 1931, apenas 5 anos após a publicação de *O Presidente Negro*, como uma entidade de enfrentamento às políticas raciais existentes no país (Pereira, 2010). À despeito da resistência dos intelectuais e dos movimentos negros à época, o imaginário das elites políticas e intelectuais dominava o ideário em torno do que deveria ser o retrato da sociedade brasileira, e a obra de Lobato permite-nos apontar discursos ideológicos que justificam os posicionamentos dos grupos naquele momento. Tais discursos determinam a construção das representações que respaldam os sujeitos em suas justificativas sobre as desigualdades existentes na sociedade.

Por fim, percebe-se, com relação ao imaginário sociodiscursivo da ciência como a grande salvadora, a ideia do branqueamento dos negros e da existência de apenas uma raça, ou seja, o extermínio progressivo da raça negra. Por meio do porviroscópio, foi possível assistir como o crescimento demográfico da população negra americana era combatido com técnicas de eugenia. No trecho a seguir, nota-se que a ciência foi um instrumento de salvação ao permitir que o branco “vencesse” o negro nessa “disputa” de raças:

A ciencia resolveu de fato o grave problema etnico — e que magistral solução! Em vez de expatriar o negro ou dividir o país... — “Desencarapinha-lo!” completou, piscando o olho, o ministro da Seleção. Todos se entreolharam com certo ar de velhacaria. O da Equidade disse: — “O binomio racial passa a monomio. Só o ariano é grande e Dudley é o seu profeta.” Eu cocei a cabeça num gesto muito lá do escritorio. — Mas, então, miss Jane, a solução é mesmo a que eu adivinhei — a igualificação das raças!... (Lobato, 2008, p. 153)

Esses imaginários identificados na narrativa analisada se relacionam com as avaliações, as apreciações e os julgamentos relacionados aos negros e seus comportamentos. Eles constroem e reforçam estereótipos raciais que afetam nossa sociedade, os indivíduos e principalmente as organizações até os dias atuais. Em relação à obra, essas questões estão atreladas à opinião relativa, pois decorrem do escritor Monteiro Lobato, que emite um julgamento circunstancial referente à população negra.

Interdiscursos

Finalizada a análise dos imaginários sociodiscursivos, a seguir serão apresentados e analisados os três interdiscursos identificados na obra: 1) ideais da filosofia iluminista, 2) Darwinismo ou Evolucionismo Social e 3) teorias racistas.

O Iluminismo surgiu nas primeiras décadas do século XVII por meio dos ideais propostos por pensadores responsáveis pela Revolução Científica. No século XVIII, as ideias iluministas ganharam a Europa e geraram intensas mudanças. A filosofia em questão afirmava que os indivíduos tinham plenas

condições de lutar para garantir a mudança da sociedade em que viviam, por meio da racionalidade e do engajamento sociopolítico. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade inspiraram movimentos de independência da América Espanhola e dos Estados Unidos. Na obra de Monteiro Lobato, esses ideais são negados, pois não se admitia a equiparidade entre negro e branco, como pode ser verificado no trecho a seguir:

As algemas caíram dos pulsos mas o estigma ficou. As algemas de ferro foram substituídas pelas algemas morais do pária. O socio branco negava ao socio negro a participação de lucros morais na obra comum. Negava a igualdade e negava a fraternidade, embora a Lei, que paira serena acima do sangue, consagrasse a equiparação dos dois socios (Lobato, 2008, p. 108).

O interdiscurso Darwinismo ou Evolucionismo Social pode ser identificado na menção da Teoria Artificial de um personagem citado na obra. O naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882) revolucionou o pensamento da Biologia no século XIX com a Teoria da Evolução das Espécies, na qual demonstra que alguns seres têm propriedades que os tornam mais aptos para a sobrevivência e, assim, evoluem e transmitem as características aos seus descendentes. Darwin concluiu que as criaturas que não se adaptam ao meio em que vivem estão fadadas ao desaparecimento. A Teoria da Seleção Natural darwiniana, a nosso ver, foi uma espécie de “adaptação” para Teoria Artificial de Dudley, referendada na obra de Monteiro Lobato como instrumento de análise do meio social, como assinalamos a seguir:

O direito de reprodução passou a ser regido pelo Código da Raça, o mais alto monumento da sabedoria humana. Só quem apresentasse a serie completa de requisitos que a Eugenia impunha — requisitos que assegurassem a perfeita qualidade dos produtos, é que recebia o ministério da Seleção Artificial o brevet de ‘pai autorizado. (Lobato, 2008, p. 133).

Outro interdiscurso presente na narrativa está relacionado às teorias racistas remanescentes do fim do século XIX e início do século XX, provenientes da Europa e Estados Unidos, que condenavam a miscigenação e se difundiram no Brasil (Rangel, 2015). Por ser um país miscigenado, o Brasil gestou uma “solução” para a questão e instituiu uma política de branqueamento nacional. O antropólogo e médico João Baptista de Lacerda foi um dos principais expoentes da “tese do branqueamento racial” da população brasileira (Schwarcz, 2011). Essa tese foi apresentada no Congresso Universal das Raças, realizado em 1911 na Inglaterra, que reuniu pessoas do mundo todo para debater o tema da racialização e da relação das raças com o progresso das civilizações (Schwarcz, 2011). As teorias de superioridade da raça branca ganharam status científico no século XIX. No trecho a seguir, foi possível identificar ideias de teorias racistas tendo como base os estudos considerados científicos à época:

O processo científico de embranquece-los aproximava-os dos brancos na cor, embora não lhes alterasse o sangue nem o encarapinhamento dos cabelos. O desencarapinhamento constituía o ideal da raça negra, mas até ali a ciencia lutara em vão contra a fatalidade capilar. Se isso se desse, poderia o caso negro entrar por um caminho imprevisto, a perfeita camouflagem do negro em branco, Tal saida, entretanto, era apenas um sonho dos imaginativos impenitentes. (Lobato, 2008, p. 98).

Além dos imaginários sociodiscursivos e os interdiscursos considerados até então, percebe-se durante a narrativa também a utilização da palavra “negro” adjetivada com tom pejorativo e depreciativo, sempre remetendo a coisas negativas, como podemos observar nos termos destacados a seguir: “Tão **negra notícia** me sombreou de crepes a alma. Não podia conformar-me com o desastre” (Lobato, 2008, p. 13, grifo nosso); “Corri atrás dela, tomado de **negros pressentimentos**” (p. 57, grifo nosso). Por outro lado, a cor branca é posta com adjetivos que designam coisas boas. “Onde a **força vital da raça branca**, se não lá?” (p. 68, grifo nosso).

O Presidente Negro: contribuições da Análise do Discurso para os Estudos Organizacionais

O objetivo deste artigo foi compreender como a obra de Monteiro Lobato, *O Presidente Negro*, contribui para a construção de imaginários sociodiscursivos e interdiscursivos racistas que ainda hoje reverberam dentro das organizações. Conforme descrição na metodologia, a partir da análise da obra, foi possível identificar que os imaginários discursivos ligados a 1) incapacidade intelectual/mental, 2) depreciação estética, 3) incapacidade de constituírem família, 4) intolerância racial, 5) escravismo e 6) ciência como salvadora da “pureza” racial, estavam explicitamente descritos no texto. Os interdiscursos relacionados a 1) ideais da filosofia iluminista, 2) Darwinismo ou Evolucionismo Social e 3) teorias racistas, também foram identificados, e o último reforça os imaginários sociodiscursivos preconceituosos.

O arcabouço teórico-metodológico de Charaudeau e Maingueneau possibilitou identificar a imagem da realidade que o autor pretendeu transmitir, bem como o agenciamento de vozes que a reforçavam no romance. A análise aqui realizada, conforme os pressupostos da abordagem deste trabalho, considerou não só a obra e trajetória do autor, como também a construção da identidade racial no Brasil. Isso é fundamental para se pensar a dinâmica dos estudos sobre as organizações.

Apesar da escravização do período colonial brasileiro estar superada no sentido de não existir como estrutura político-social, as atitudes racistas e preconceituosas ainda permanecem imbricadas na sociedade em diversas situações e em diferentes esferas sociais. Após anos de libertação da situação de escravização, os negros ainda precisam lutar para terem seus direitos adquiridos e seu lugar de pertencimento na sociedade. Em consonância, atualmente, existem vários movimentos sociais engajados na luta contra a discriminação racial e pelo fortalecimento e empoderamento dos negros. Assim, entendemos também que a literatura pode ser uma grande aliada para mudanças de estereótipos e preconceitos, tanto no campo social quanto organizacional.

Neste sentido, obras como *O Presidente Negro* reforçam o status quo de uma sociedade que, há séculos, vem enfrentando o racismo. O livro apresenta aspectos importantes como a presença de um candidato da elite tradicionalmente branca, um candidato negro e uma candidatura feminina. No Brasil e nos Estados Unidos, o contexto histórico de escrita da obra é

marcado pelo fim recente da escravização, além do início do movimento sufragista. Esse ambiente histórico-cultural propiciou a Lobato várias referências que culminaram na criação de uma obra com aspectos de seu tempo e apontamentos de um futuro desejado.

O Presidente Negro engrandece um futuro racista, não apresentando aversão à realidade ilustrada. O romance dá a ideia de que o controle genético da população por meio da eugenia seria um grande avanço social. A ideia de catequização da eugenia é tão latente que o personagem Ayrton ressalta ansiedade para retornar à sua cidade e propagar a “burrice brasileira” em miscigenar-se, e exaltar a perfeição da política norte-americana ao execrar as minorias do grupo social, mantendo a “pureza” da raça e da sociedade.

Conforme apresentado na análise, os imaginários sociodiscursivos e os interdiscursos identificados em *O Presidente Negro* foram historicamente construídos a partir de uma sociedade patriarcal e escravocrata. Os imaginários aqui analisados se apresentam como representações que permeiam a memória coletiva e acabam por evidenciar uma problemática estrutural. Além disso, é possível observar que a obra é marcada por outros discursos como a filosofia iluminista, as teorias racistas e a teoria do darwinismo social que reforçam a ideia dos posicionamentos preconceituosos com relação à raça.

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação propôs a inserção de Notas Explicativas nas obras do autor, explicitando o contexto histórico em que foram escritas e que contém características racistas e eugenistas. A discussão proposta pelos movimentos civis brasileiros, em especial a partir do fim dos anos 1970 e anos 1980, trouxe à superfície que os debates sobre as questões relativas à escravização e seus impactos não podem ser ignorados, pois ainda são latentes em nosso presente. Assim cabe a retórica: qual o limite da ficção? O que ela pode ou não falar? Cabe representar qualquer ideologia na arte? Ainda que a liberdade de expressão seja uma garantia fundamental ao ser humano, ela não pode ser utilizada como fundamento para permitir a incitação ao ódio e ao preconceito, ou seja, ela não é absoluta. A forma literária de um romance, mesmo sendo uma construção ficcional, não se deve prestar de chancela para velar uma ideologia, no caso da obra analisada, eugenista.

Uma grande contribuição deste trabalho para os Estudos Organizacionais se refere às três formas de manifestação do racismo: nos níveis individual, institucional e estrutural. Isso nos instiga a refletir que obras como essa traz implicações diretas das três formas de racismo dentro do seu discurso, e reforçam o status quo de como as organizações tratam o racismo. Questões como a discussão sobre a legitimidade das cotas, das ações afirmativas, o debate sobre a desequilíbrio do trabalho intelectual do negro e do branco, bem como todos os outros imaginários que são reforçados pelos discursos encontrados na sociedade ultrapassam e muito os limites existentes em uma obra literária ficcional.

Para finalizar, duas questões merecem atenção, tendo em vista o cenário descrito: 1) a existência quase nula de trabalhos mesmo nos Estudos Organizacionais que têm como um dos temas de pesquisa a questão racial e 2) a utilização subestimada de um recurso tão rico, como é o caso da literatura,

para se discutir/abordar os Estudos Organizacionais. A primeira questão nos aponta principalmente para um silenciamento da área em relação a estudos e pesquisas sobre raça. Compreendendo os Estudos Organizacionais como área de conhecimento interdisciplinar e que, entre seus vários objetos de pesquisa estão as instituições ou entidades nas suas inúmeras formas e os diversos tipos de vida social organizada, lançamos a seguinte questão: o que nos revela o silenciamento dessa área e da Administração quando se trata dos estudos sobre raça? Por que são produzidos tão poucos estudos sobre essa temática? E além... quem os produz? Poderíamos dizer que há uma reprodução do cenário social também nos estudos e pesquisas da área? O segundo ponto aqui abordado, a literatura, nos convida para se pensar a vastidão de recursos, possibilidades de utilização e metodologias ainda pouco exploradas e que rompem com padrões positivistas de investigação científica centrados, na maior parte das vezes, na neutralização da subjetividade do pesquisador, na comprovação de hipóteses ou na objetividade etc.

Para além da obra de Monteiro Lobato, este artigo se apresenta como um espaço necessário para se estimular debates sobre as organizações, sociedade e raça. Assim como os mitos, é possível se pensar o quanto a literatura e a ficção impactam na construção dos imaginários sociais, dos interdiscursos e, finalmente, na constituição da subjetividade dos sujeitos. Considerando a literatura como parte da construção do conhecimento da humanidade, é possível entender também que quem faz literatura detém poder. Dessa forma, quando a literatura reforça as diferenças, os preconceitos e a intolerância, sem a possibilidade de se questionar ou de ser apreciada criticamente, como é o caso de *O Presidente Negro*, ela trata muito mais de reforçar uma sociedade estruturalmente racista, afastando de seu papel de forjar o caráter e a formação crítica do indivíduo.

Referências

- Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Allis, T., Fois-Braga, H., Moratori, P., & Fraga, C. C. L. (2020). Turismo, literatura e tecnologias em movimento. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(2), 1-11.
- Almeida, P. R. (2008). Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. In O. L. Barros & S. Bojunga (Orgs.). *Potência Brasil: gás natural, energia limpa para um futuro sustentável*. Porto Alegre: Laser Press Comunicações.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros.
- Amossy, R. (2008). *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. São Paulo: Contexto.
- Ansara, S. (2008). *Memória política, ditadura militar e repressão no Brasil*. Curitiba: Juruá.
- Benedito, M. S. (2018). *A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04092018-102726/publico/benedito_me.pdf

- Branco, T. A. C. (2007). *O Maravilhoso e o Fantástico na literatura infantil de Monteiro Lobato*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso* (2a ed). Campinas: Editora da Unicamp.
- Brum, C. K. (2007). Turismo, arqueologia e literatura: análise antropológica da construção da memória coletiva em São Nicolau, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 1(1), 54-83.
- Cacique, D. B. (2012). Delineando fronteiras: reflexão sobre os limites éticos para a aplicação de tecnologias genéticas. *Revista Bioética*, 20(1), 60-70.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv*, 8(1), 607-630.
- Carrieri, A. P., Leite-da-silva, A. R., Souza, M. M. P., & Pimentel, T. D. (2006). Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. *Revista Economia & Gestão*, 6(12), 1-22.
- Carvalho, D. A. (2016). *Dialética do descompasso: os tempos de Monteiro Lobato na composição da nação brasileira (1914-1927)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16223>
- Cavalheiro, E. (1955). *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Charaudeau, P. (2007). Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In H. Boyer. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène* (Vol. 4., pp. 49-63). Paris: Harmattan.
- Charaudeau, P. (2010). *Discurso das mídias* (2a ed., A. S. M. Corrêa, Trad.). São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (2011). Dize-me qual é o teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim*. 10, 1-23. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932/15637>.
- Charaudeau, P. (2012). *Linguagem e discurso: modos de organização*. (A. Corrêa & I. L. Machado, Trads.). São Paulo: Contexto.
- Charaudeau, P. (2013). *Discurso político* (2a ed., F. Komeu & D. F. Cruz, Trads.). São Paulo: Contexto.
- Chocrík, J. L. (1994). O conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro. *Psicologia USP*, 5(1-2), 173-195. Recuperado em 10 julho, 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100013&lng=pt&tlng=pt.
- Conceição, E. (2009). A negação da raça nos Estudos Organizacionais. *Anais XXXIII Encontro da Anpad*, São Paulo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP.
- Costa, S. (2001). A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, 13(1), 143-158. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a10.pdf>

- Costa, C. L. J. (2021). Representatividade negra no executivo municipal: impacto da posição partidária para a eleição de mulheres e homens negros nas prefeituras da Bahia. *ODEERE*, 6(1), jan./jun., 183-208. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8525>
- Crochík, J. L. (1994). Conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro. *Psicologia USP*, 5 (1-2), 173-195. <https://doi.org/10.1590/S1678-51771994000100013>
- Dalcastagnè, R. (2008). Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, 31, 87-110. Recuperado em 19 novembro, 2020, de <http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2021/1594>
- Dias, M. A. (2010). *Das utopias e distopias: uma leitura de O presidente negro de Monteiro Lobato*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <http://hdl.handle.net/11449/94047>
- Diwan, P. (2007). *Raça Pura: uma História da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto.
- Domingos, P. (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1989-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 10, 115-131. Recuperado em 22 setembro, 2020, de <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>
- Evaristo, C. (2015). *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 374-389. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>
- Ferretti, A. (2020). *Eugenia e identidade nacional nos escritos de Monteiro Lobato*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2012120/Arlindo_Ferretti_Junior.pdf
- Fischer, T., Davel, E., Vergara, S., & Ghadiri, P. (2007). Razão e sensibilidade no ensino de administração: a literatura como recurso estético. *Revista de Administração Pública*, 41(5), 935-956.
- Fraga, I. O., & Aguiar, M. N. (2010). Neoeugenia: o limite entre a manipulação gênica terapêutica ou reprodutiva e as práticas biotecnológicas seletivas da espécie. *Revista Bioética*, 18(1), 121-130.
- Franca, V. G. (2009). Nosso Jeca e nossa Emília vão ao exterior: as traduções das obras de Monteiro Lobato. *Miscelânea*, 6, 58-74. Recuperado em 19 novembro, 2020, de <https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/754>
- Gilroy, P. (2001). *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34.
- Gonzales, L., & Hasenbalg, C. A. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34.

- Gündemir, S., Homan, A. C., Dreu, C. K. W., & van Vugt, M. (2014). Think leader, think white? Capturing and weakening an implicit pro-white leadership bias. *PLOS ONE*, 9(1), e83915. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0083915>
- Habib, P. A. B. B. (2007). Saneamento, eugenia e literatura: os caminhos cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926). *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, Associação Nacional de História – ANPUH, São Leopoldo, RS, Brasil, 24.
- Hita, M. G. (2017). Introdução: controvérsias e debates atuais sobre raça, etnicidade e identidade(s). In M. G. Hita (Org.). *Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais* (pp. 15-46). Salvador: EDUFBA.
- Hollanda, B. B. B. (2009). Futebol, arte e política: a catarse e seus efeitos na representação do torcedor. *Organizações & Sociedade*, 16(48), 123-140.
- IBGE. (2011). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2013). Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades. *Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet. (Org.). *As Representações Sociais* (pp. 17- 44). Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- Lobato, M. (2008). *O presidente negro*. São Paulo: Globo.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- Maingueneau, D. (2014a). Heterogeneidade mostrada/constitutiva. In P. Charaudeau, & D. Maingueneau (Orgs.). *Dicionário de Análise do Discurso* (pp. 261-262). São Paulo: Contexto.
- Maingueneau, D. (2014b). Discurso. In P. Charaudeau, & D. Maingueneau (Orgs.). *Dicionário de Análise do Discurso* (pp. 286-289). São Paulo: Contexto.
- Malanovicz, A. V. (2019). Métodos de pesquisa para administração: investigações de Sherlock Holmes. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 10(2), 2751-2766.
- Marquezini, H. C. A., Guimarães, L. V. M., & Barreto, R. O. (2021). Pandemia e quilombos: decisões sobre o “deixar viver e deixar morrer”. *Ciências Sociais Unisinos*, 57(1), 113-121.
- Mastella, A. S., & Godoi, C. K. (2017). O pós-modernismo na literatura e nos Estudos Organizacionais: manifestações e características. *Revista Economia & Gestão*, 17(46), 80-102.
- Matos, J. S., & Senna, A. K. (2011, julho). Visões sobre a política: Monteiro Lobato e os EUA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, São Paulo, Brasil, 16.
- Mesquita, J. S., Teixeira, J. C., & Silva, C. R. (2020). “Cabelo (crespo e cacheado) pro alto, me levando a saltos” em meio à resignificação das identidades de mulheres negras em contextos sociais e organizacionais. *RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(2), 227-256. Recuperado em 26 outubro, 2020 de <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2868>
- Miranda, J. S. (2020). *Monteiro Lobato e o racismo literário - impressões caricatas do negro em obras infantis*. Salvador: Edição Independente (ePub).

Muaze, M. A. F. (2016). "O que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos?" - serviço doméstico e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba. *Almanack*, (12), 65-87. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.1590/2236-463320161205>

Munanga, K. (1986). *Negritude – Usos e Sentidos*. São Paulo: Editora Ática.

Munanga, K. (2003). Palestra: uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*, 3. Rio de Janeiro: PENESB.

Munanga, K. (2004). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

Muzanenhamo, P., & Chowdhury, R. (2021). Epistemic injustice and hegemonic ordeal in management and organization studies: advancing black scholarship. *Human Relations*. <https://doi.org/10.1177/00187267211014802>

Nogueira, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287-308.

Oliveira, A. J. M. (2007). Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 10(18), 355-387.

Orlandi, E. P. (2009). *Análise do discurso: princípios e procedimentos* (8a ed.). Campinas: Pontes.

Ortiz, R. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional* (2a ed.). Brasília: Editora Brasiliense.

Paulon, A., Nascimento, J., & Laruccia, M. (2014). Análise do Discurso: fundamentos teórico-Methodológicos. *Diálogos Interdisciplinares*, 3(1), 25-45. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/42>

Pereira, A. A. (2010). "O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>

Pinheiro, I. A., Vieira, L. J. M., & Motta, P. C. D. (2010). Construindo pontes entre saberes: da literatura à gestão. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 641-664.

Pinheiro, B. S., & Lacerda, M. G. (2018). O mercado editorial de literatura para crianças e jovens perante as políticas públicas de fomento à leitura. *Anais do XII Jogo do Livro e II Seminário Latino-Americano: Palavras em Deriva*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 12.

Piza, E. (2000). Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu... In A. S. Guimarães, & L. Huntley (Orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil* (pp. 97-125). São Paulo: Paz e Terra.

Ramos, L. (2017). *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Rangel, P. S. (2015). Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. *Revista Simbiótica*, 2(1), 12-21. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/issue/view/529>

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sant'Anna, A. S., & Souza, I. V. A. (2014). Etnografia urbana e literatura: olhares de João do Rio e Rubens Fonseca sobre a cidade do Rio de Janeiro. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(3), 107-120.

Santos, A. F. S., & Café, L. S. (2017). Notas sobre estudos da escravidão no Brasil. *Textura*, 4(8), 111-116. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/219>

Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, 10(19), 41-55. Recuperado em 22 setembro, 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005

Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

Schwarcz, L. M. (2001). *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha.

Schwarcz, L. M. (2011). Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 18(1), 225-242. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000100013>

Schwarcz, L. M., & Gomes, F. S. (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras

Silva, D. S. (2018). *Racismo e saúde mental: a construção de espaços de discussão e intervenção em um Centro de Convivência*. Monografia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Recuperado em 10 julho, 2021, de https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2018/page/tcc_dalila.pdf

Silva, M. D. F., Oliveira, J. S., Gouvêa, J. B., & Souza, V. G. (2020, outubro). Contribuições do conceito de branquitude às pesquisas sobre raça nos estudos organizacionais. *Anais do Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 44.

Santos, R. A., & Silva, R. M. N. B. (2018). Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Educar em revista*, 34(68), 253-268. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53577>

Soares, G. P. (2015). Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inquéritos folclóricos na formação cultural e política da nação. *Varia Historia*, 31(56), 423-448.

Souza, L. S., & Baader, C. (2011). Estudos mediáticos da publicidade infantil: proposta de análise do discurso publicitário na interface com o discurso literário. *Pensamento & Realidade*, 26(1), 55-69.

Souza, V. S. (2012). As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 6(11), 1-23. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>

Souza, J. W. (2017). *Raça e eugenia na obra geral de Monteiro Lobato*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <https://repositorio.uff.br/jspui/handle/uffj/5888>

Souza, J. W. (2018). O Jeca doente de problema vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. *Estudos de Sociologia*, 2(44), 325-344. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.52780/res.10930>

Souza, J. W. (2019). Caipiras e sertanejos: raça e nacionalidade em Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 16(2), 57-74. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n2p57>

Sovik, L. (2002, setembro). A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Salvador, BA, 1 a 5.

Teixeira, J. C. (2015). *As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A5AHWB>

Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Carrieri, A. P. (2020). Por que falar sobre raça nos Estudos Organizacionais no Brasil? Da discussão biológica à dimensão política. *Perspectivas Contemporâneas*, 15, 46-70.

Vasconcellos, J. G. (2016). Imaginário social, literatura e suas representações na gestão brasileira. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2), 15-31.

Willis, V. C., & Willis, S. E. (2016). Black people against police torture: the importance of building a people-centered human rights movement, *21 Pub. Interest L. Rptr.*, 235. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://lawecommons.luc.edu/pilr/vol21/iss3/7>

Zamora, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 563-578. Recuperado em 10 julho, 2021, de <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>

Zullo, G. J. D. (2019). *O sentido histórico da discussão sobre a democracia racial no Brasil (1930-1964)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Recuperado em 17 setembro, 2021, de <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/teses/2019/09/26/o-sentido-historico-da-discussao-sobre-democracia-racial-no-brasil>